



Visita à Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro, RJ

25 de agosto de 2023

Boa tarde a todas e todos!

Uma saudação muito especial ao Prof. Marco Lucchesi, presidente da Fundação Biblioteca Nacional, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes

Nossa presença neste espaço histórico, que testemunhou a formação do Brasil conforme o conhecemos hoje, é a reafirmação dos importantes laços que unem essas duas Casas: A Fundação



Biblioteca Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

E é por isso que, com muita alegria, estamos hoje aqui para a primeira visita da Presidência do Supremo Tribunal Federal à Biblioteca Nacional em 100 anos.

Esses laços estão intrinsecamente ligados à ideia de um país livre, republicano e democrático.

Em tempos de instituições consolidadas e fortalecidas, faz-se necessário olhar para o processo histórico que nos trouxe até aqui.

E olhar para o passado é olhar para nossa história, nossa cultura, nossa memória institucional.



No ano em que se registra um século da morte de Rui Barbosa, e a partir do legado deixado por este brasileiro invulgar, de múltiplos talentos, notável jurista, jornalista e político, temos a oportunidade de refletir sobre a construção de nosso país no preparar do futuro que se desenha no hoje.

E olhar para o passado é olhar para a nossa história, nossa cultura, nossa memória. Rui, a exemplo do poeta Marco Lucchesi, atual Presidente da Biblioteca Nacional, também foi um imortal. Foi fundador da Academia Brasileira de Letras, junto com Machado de Assis, e o primeiro a ocupar a cadeira nº 10 deste “Colegiado de Intelectuais” que no triênio de 2019 a 2021 esteve presidido por Lucchesi, o mais jovem Presidente da ABL dos últimos 70 anos.



A partir do exemplo e da trajetória desses dois extraordinários brasileiros, o passado e o presente se encontram no dia de hoje enquanto história e celebram a reverência à arte, à literatura, à poesia e à estética deste Brasil multicultural, que se forja a partir da diversidade étnica e plural das suas formas, das suas cores e da essência de sua gente, em tudo o que nos diz respeito.

O Professor Lucchesi é um amigo querido. Com ele compartilhei as inigualáveis experiências de visitas às Aldeias Paraná, dos Marubos (no Vale do Javari) e Maturacá, dos Yanomamis (no Alto Rio Negro).



Lucchesi, inclusive, foi testemunha dos meus batismos como *Raminah* [Kanamari] e *Xoromima* [Yanomami], nomes com que me presentearam, generosamente, essas etnias.

Juntos e a partir dessas andanças idealizamos a tradução da Constituição que, nesta data, trago a esta Biblioteca, fruto da imersão a que nos submetemos e da necessidade da compreensão do mundo dos primeiros habitantes do nosso país.

A última vez em que a chefia do Poder Judiciário brasileiro esteve na Biblioteca Nacional foi precisamente na despedida de Rui Barbosa, que faleceu em 1° de março de 1923.



Um dos principais artífices da Constituição de 1891 e de seus princípios republicanos e federalistas, como a separação entre os poderes e o regime democrático, Rui Barbosa foi essencial para a compreensão do entendimento da Suprema Corte como guardiã da Constituição e da supremacia da ordem constitucional, firme e forte no entendimento de que o governo das leis sempre prevalece e se sobrepõe ao governo dos homens.

Em uma contundente evidência de que o conhecimento é terreno fértil para avanços necessários, Rui Barbosa foi um dos maiores colecionadores de livros de seu tempo.



Sua biblioteca reunia 37 mil volumes dentre os quais obras jurídicas dos mais diversos países.

Meca para juristas e estudantes de Direito, era uma verdadeira inspiração para todos que compreendem que não há progresso sem conhecimento.

Na ocasião dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, o busto de Rui Barbosa estava entre os objetos que foram vandalizados em nossa Suprema Corte, e a cicatriz derivada desse episódio ali permanecerá.

Representa a resiliência em favor da liberdade e da democracia.

Reforça a primazia do conhecimento, da diplomacia e do diálogo contra atos de violência e de opressão.



Recentemente, visitei, na cidade de Salvador, Bahia, a cripta onde estão os despojos de Rui Barbosa.

Estive, ainda, no Fórum que recebe seu nome, ali na Capital baiana, inaugurado durante as comemorações do centenário de seu nascimento.

Hoje, participo de nova homenagem a sua pessoa, durante visita a esta Biblioteca Nacional, ocasião em que está sendo disponibilizada em meio digital, no ano em que celebramos os 35 anos da Constituição Cidadã de 1988, um documento oficial de valor inestimável, que é a “prova corrigida caligraficamente da Constituição dos Estados Unidos do Brasil” de 1891.



Nesta mesma ocasião, faço a entrega da primeira edição de nossa Constituição traduzida para uma língua indígena, o *Nheengatu*, o primeiro reconhecimento oficial, em 523 anos de nossa existência como nação, de que a identidade indígena há de prevalecer e ser respeitada pelas autoridades de todo o país.

A Constituição Federal de 1988 é a expressão máxima dos valores e das aspirações de nossa sociedade. Resultado do acúmulo histórico de todas as conquistas que alcançamos como Estado e como Nação.

Torná-la acessível a todas e a todos é uma tarefa cujo significado vai além da transposição de barreiras de ordem prática.



Cumpre-se função precípua do Estado na promoção das garantias, direitos e deveres nela previstos, assegurando o próprio acesso à Justiça.

O *nheengatu* é, na atualidade, o principal meio de comunicação entre etnias da Amazônia, língua amplamente falada pelos povos que habitam a região do Alto Rio Negro.

A partir do protagonismo de tradutoras e tradutores indígenas bilíngues da região do Alto Rio Negro e Médio Tapajós, o apoio institucional da Academia da Língua *Nheengatu*, e a curadoria empreendida pelos Professores Lucchesi e José Ribamar Bessa, nossa Constituição – hoje - está mais próxima de doze povos indígenas.



Porque essa é a riqueza do Brasil. Temos mais de 260 idiomas indígenas em nossa pátria. Por isso, essa primeira tradução é um primeiro passo. Tínhamos até então a nossa Constituição traduzida para o espanhol e para o inglês, agora temos em *nheengatu*.

Depositar a Carta Máxima em uma das línguas faladas por nossos povos originários na Biblioteca Nacional e aqui conservá-la para nossas futuras gerações é mais do que um ato ético e estético, é um marco simbólico.

É a própria valorização do indígena como parte formativa e indissociável de nossa cultura e da nossa cosmovisão de país.

Da compreensão de pessoas indígenas enquanto sujeitos de direitos e de deveres



em pleno exercício de sua cidadania, viabilizando a construção de novas memórias para um futuro que pertence a todas e todos.

Na Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), instituída pelas Assembleia Geral Nações Unidas, demos este importante passo para o cumprimento do objetivo de promover sociedades pacíficas e inclusivas, ampliando o acesso à Justiça e construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trouxemos também, para aqui depositar, algumas fotos de nossa última visita à aldeia Maturacá, dos Yanomamis do Amazonas, que vêm demandando um olhar especializado do Estado Brasileiro de



modo a garantirem sua vida e a própria subsistência.

Nossa Biblioteca Nacional, importante lembrar, é um dos mais antigos tesouros nacionais, com o maior acervo da América Latina e um dos dez maiores do mundo, segundo a Unesco.

A partir da soma dos tempos, reuniu a memória social que cada geração buscou guardar, tornando-se um dos mais belos ecossistemas do país, patrimônio imaterial de nossa identidade que se renova com seus leitores-cidadãos.

Aberta ao público em 1814, testemunhou um Brasil que paulatinamente clamava por mais liberdade e cidadania para tornar-se um país-nação, ocupando-se em construir sua memória enquanto passaporte para o futuro.



Sabemos, não há distância entre leitura e democracia.

O anseio por mais participação social, igualdade e justiça, o apreço pelo público, o compartilhamento de valores para e pelo bem comum estão intimamente relacionados ao reconhecimento de nosso passado e à construção coletiva do saber.

Com o retorno à Biblioteca Nacional após um século, enquanto presidente da Suprema Corte, reforço os laços entre estas duas instituições tão determinantes para a República.

A Casa guardiã da Constituição, a quem compete a defesa da supremacia da ordem constitucional, e a Casa que conserva a memória da nação brasileira, nesta data, 25



de agosto de 2023, novamente se encontram, em um gesto de aproximação que promove a cultura da paz entre todos aqueles que se empenham no fortalecimento da democracia constitucional e da justiça em nosso país.

Muito obrigada.

Rosa Weber

**Presidente do Supremo Tribunal Federal e do
Conselho Nacional de Justiça**